

## Editorial

O 1º ENINTE-RIO, resultado de uma parceria entre a CGM-RJ e a CGU, reuniu, no Rio de Janeiro, representantes dos Controles Interno e Externo das três esferas de governo. A proposta do encontro foi construir e possibilitar uma maior integração entre as instituições, abrindo caminhos para o estabelecimento de parcerias. Durante o evento, ficou evidenciada a importância da integração entre os órgãos de controle, o tratamento das informações, para, em grande medida, conectá-los da melhor forma possível, a fim de evitar que haja duplicidade das ações nos diversos órgãos de controle.

A Controladoria Geral do Município do Rio, que sempre valorizou a realização de encontros, seminários e palestras onde essas trocas são promovidas, publica, como matéria principal, da presente edição do *Prestando Contas*, o que ocorreu no 1º Encontro de Integração da CGU e CGM-RJ com outros Órgãos de Controle Público - 1º ENINTE-RIO.

A partir da centralidade do tema cujo interesse principal está voltado para a troca de experiências entre os órgãos de controles das três esferas de governo, na seção "Entrevista", apresenta-se a rica experiência do nosso entrevistado, Osvaldo Vicente Cardoso Perrou, secretário de controle externo do TCU no Estado do Rio de Janeiro.

Na seção "Estante", o leitor poderá conferir a entrevista feita com Marcelo Cavalcanti Almeida, autor do conceituado *Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária*.

Neste *Prestando Contas* há ainda um resumo das atividades da CGM no trimestre, na seção Painel CGM.

Por fim, comemoramos o uso de cores que, pela primeira vez, aportam nas páginas do *Prestando Contas* em sua edição impressa, trazendo mais vida ao visual de nossa publicação.

Boa leitura!

## CGM e CGU-RJ realizam evento de integração de controles



Mesa de abertura do 1º ENINTE-RIO, no Centro de Convenções SulAmérica

Promover a troca de experiências entre os diversos órgãos de controle interno e externo das esferas, federal, estadual e municipal, com outros Órgãos de Controle Público, foi o principal objetivo do 1º ENINTE-RIO, o 1º Encontro de Integração da CGU e CGM-RJ, realizado nos dias 22 e 23 de junho de 2010. O evento, que teve como público alvo os servidores da CGM-RJ, contando também com alguns servidores dos órgãos participantes, fez parte do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública - Cooperação com os Controles Internos, desenvolvido pela CGU - e do Programa de Integração de Controles desenvolvido pela CGM.

O evento foi aberto por uma mesa de honra, composta por dirigentes dos órgãos de

controle interno e externo das três esferas, que falaram sobre a importância da integração, da cooperação e da troca de experiências entre os órgãos de controle público. Foram eles: Marisa Pignataro, chefe da Controladoria-Regional da União, no Estado do Rio de Janeiro (CGU-RJ); Márcia Andréa dos Santos Peres, subcontroladora de integração de controles da Controladoria Geral do Município - representando o Controlador Geral do Município (CGM); Osvaldo Vicente Perrou, secretário de controle externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ); Carlos Eduardo Pereira, secretário de controle externo da 9ª Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU); Ricardo Ewerthon Santos, secretário-geral de controle externo do Tribunal de

(continua na pág. 2) ▶

## Neste número

### Entrevista

O secretário de controle externo do TCU no Estado do Rio de Janeiro responde sobre a atuação da SECEX-RJ e a integração de controles.

pag. 5

### Estante

O autor do *Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária* nos esclarece alguns aspectos dessa obra inovadora para a área.

pag. 8

### Aconteceu

Confira os principais eventos promovidos pela CGM e as atividades de intercâmbio realizadas no último trimestre.

pag. 9

► (continuação da pág. 1)

Contas do Estado (TCE-RJ); Eugenio Manuel da Silva Machado, auditor geral do Estado do Rio de Janeiro (AGE-RJ); Marco Antonio Scovino, secretário de controle externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ); e Eliana Polo Pereira, superintendente da 7ª Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (RFB). A mesa contou também, como convidada especial, com Diva Maria Gesualdi, presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ).

A primeira palestra do evento foi proferida pela Marisa Pignataro e teve como tema as “Linhas de Atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal”. Foram apresentadas detalhadamente cada uma das funções básicas desse sistema de controle, destacando a importância do incentivo ao controle social.

Em seguida, o coordenador do Núcleo de Prevenção da CGU/RJ e do Grupo de Trabalho de Controle Social (GTCS), Marcelo Paluma Ambrósio, falou sobre o trabalho desenvolvido pelo referido Grupo, destacando suas competências, atividades e resultados.

A chefe substituta da Divisão de Fiscalização da Superintendência da Receita Federal do Brasil (RFB), Luciene Ferro da Cunha, dissertou sobre a importante questão do controle social dos gastos públicos. Foi abordada especificamente a experiência dos observatórios sociais, organizações de cidadãos que se dedicam tanto à fiscalização ativa das licitações e das contas públicas quanto à educação fiscal da população, tais como o Observatório Social do Brasil – que nasceu em Maringá (PR), por iniciativa de associações de empresários e comerciantes, ganhando depois dimensões nacionais –, o Cidadania

Fiscal e o Instituto de Cidadania Fiscal.

Na palestra de encerramento do dia, o diretor da 9ª Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU-RJ), Márcio Emmanuel Pacheco, dividiu sua apresentação em duas partes. Na primeira, abordou a metodologia para conhecimento da clientela e de levantamento e gestão de riscos nas contas públicas que vem sendo utilizada pelo TCU, explicando seu histórico e evolução. Em seguida, dissertou sobre os conceitos básicos e principais técnicas utilizados em Auditoria Operacional – ANOP, modalidade definida no Manual de Auditoria Operacional (MANOP-2010) como o “exame independente e objetivo da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas e atividades governamentais, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública”.

O dia 23 foi aberto por Marta Varela da Silva, inspetora geral da 6ª IGE do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-RJ), que abordou o trabalho que o TCM-RJ vem realizando na área de Auditoria Ambiental. Marta traçou um histórico das auditorias realizadas sobre o tema, apresentou alguns casos práticos de avaliação (como os parques naturais) e demonstrou a metodologia para realização dos trabalhos e avaliação de resultados desse tipo de auditoria.

Em seguida, as coordenadoras da Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (AGE-RJ) – Sandra Regina Oliveira e Teresa do Nascimento – compartilharam sua experiência em auditoria ambiental. Como demonstraram, trata-se de uma modalidade específica de auditoria, voltada para locais ou ações de preservação do meio ambiente – tais como parques florestais e coleta seletiva

de lixo – que requerem um conhecimento bastante específico e multidisciplinar. Essa modalidade vem tomando vulto frente à crescente preocupação com o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável.

Na sequência, José Luiz Lima Abreu, subsecretário-adjunto da Subsecretaria de Auditoria e Controle de Obras e Serviços de Engenharia do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), abordou a estrutura e funcionamento desse setor. Foram apresentadas as atribuições de cada unidade responsável pelas fiscalizações e as principais irregularidades encontradas nessa área de atividade. José Luiz ressaltou ainda a importância da integração de controles, exemplificadas nas atividades conjuntas realizadas pelo TCE/RJ e TCU.

Encerrando o evento, a subcontroladora de integração de controles da CGM-RJ, Márcia Andréa Peres, falando em nome do controlador geral do município, discorreu sobre a evolução do Sistema de Controle Interno da Prefeitura do Rio e suas perspectivas. Márcia traçou um histórico de desenvolvimento da Controladoria Geral, seus ciclos de evolução, um panorama da atual estrutura da CGM-RJ e apontou os principais desafios a serem superados.

Fruto de uma parceria entre a CGU e a CGM, o evento recebeu avaliação muito positiva tanto em relação à organização quanto à relevância dos temas e qualidade das palestras. Tanto a chefe da CGU-RJ, Marisa Pignataro, quanto a subcontroladora de integração de controles, Márcia Andréa Peres, ressaltaram em entrevista à TV do Conselho de Contabilidade Rio - TV CRC (ver o quadro a seguir) a importância da integração promovida pelo evento, dando sua contribuição para o aperfeiçoamento da rede nacional formada pelos órgãos de controle. 💰

#### Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

**Prefeito:**

Eduardo Paes

#### Controladoria Geral do Município

**Controlador Geral:**

Vinicius Costa Rocha Viana

**Subcontroladora de Gestão:**

Fátima Rosane Machado de Barros

**Subcontroladora de Integração de Controles:**

Márcia Andrea Peres

#### Prestando Conta\$

**Edição e pauta:**

Margarete Ramos

**Editoração:**

Daniel S. Barros

**Revisão:**

Oswaldo Fortini Martins Teixeira

**Impressão:**

Imprensa da Cidade (tiragem: 500 exemplares)

#### Assessoria de Comunicação Social

**Assessora-chefe:**

Margarete Ramos

**Assessor-auxiliar:**

Jayme Neto

**Editorador:**

Daniel S. Barros

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409

Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-900

Tel.: (21) 2976-2906/2967

E-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br

Http://www.rio.rj.gov.br/cgm

## O 1º ENINTE RIO na TV CRC



*A TV Conselho Regional de Contabilidade fez a cobertura do evento. Confira os comentários de algumas autoridades presentes na cerimônia de abertura.*



“ Já apresentamos várias iniciativas no sentido de integrar os diversos órgãos de controle. A principal delas é a rede de controle e o GTCS, que é um grupo de controle social, que também faz a integração dos órgãos, neste caso, voltada para o incentivo ao controle social. Acreditamos que, para fortalecer a gestão pública, é preciso fortalecer os controles das gestões. Então realizamos eventos com esse objetivo também” .

**Marisa Pignataro**

*Chefe da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro*

“ Esse evento é muito importante para a Controladoria e a integração vai fazer com que ele cumpra o grande objetivo de conhecermos as práticas que os nossos pares de controles estão adotando para levar o nosso trabalho à sociedade e revertê-lo em benefício dos serviços que os órgãos públicos prestam”.

**Marcia Andréa dos Santos Peres**

*Subcontroladora de Integração de Controles da CGM-RJ*



“ A Constituição da República prevê, no âmbito de sistema do controle interno, e no de controle externo também, atuação de diversos órgãos atentos ao controle do uso dos recursos públicos em benefício da sociedade. Trabalhando de forma coordenada, evita-se sobreposição de esforços, duplicidade de ação e com isso aprimora-se a atuação. Penso que a administração pública tem muito a ganhar com esse trabalho integrado. Significa melhor aplicação dos recursos da sociedade, que receberá serviços de melhor qualidade. É um salto muito grande em termos de efetividade e eficácia”.

**Carlos Eduardo de Queiroz Pereira**

*Secretário de Controle Externo da 9ª Secretaria do Tribunal de Contas da União*

“ Fico muito satisfeita de estar representando o Conselho Regional de Contabilidade em um evento de controle. País que tem muito auditor é um país de sucesso, é um país sério, é um país de desenvolvimento. Para o profissional contábil, o evento foi importante para aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e para dar ciência àqueles que praticam a contabilidade e aos seus clientes – então, toda a sociedade - de que é necessário mudar conceitos, procedimentos e de que temos que ser cidadãos, cumprindo as determinações legais e cobrando do governo o controle dos gastos públicos, para que os tributos que nós pagamos sejam aplicados corretamente. Este é o sonho de todos nós”.

**Diva Gesualdi**

*Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro*








“É importante que cada recurso que ingresse no cofre público seja utilizado em benefício da sociedade. Cabe a quem faz o controle dar efetividade à arrecadação tributária”.

**Eliana Polo Pereira**

*Superintendente da 7ª Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil*

“A idéia é evitar o retrabalho. Por exemplo, vamos ter agora uma Copa do Mundo em que uma das sedes é o Rio de Janeiro, o Maracanã. O Tribunal de Contas do Estado seria o órgão responsável pela fiscalização das obras. Mas, no caso do município, há despesas com relação à locomoção – já que algumas intervenções serão feitas no sistema de trânsito, com a criação de novas avenidas. O TCU faria a verificação da transferência desses recursos para cada uma dessas esferas. Então, a idéia é conjugar esforços para que não fizéssemos o mesmo tipo de auditoria com recursos que são tanto do Município, quanto do Estado, quanto da União. Com isso ganhamos tempo, qualidade no trabalho e podemos atacar mais abrangentemente outros pontos. Se continuarmos trabalhando unicamente cada um na sua parte, a amostragem fica muito pequena. Por isso a idéia é conseguir essa sinergia, para que a amostragem ser cada vez maior”.

**Marco Antonio Scovino**

*Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro*



“A integração hoje é a palavra chave para o bom funcionamento da máquina de controle, do que podemos chamar de sistema de controle. O Tribunal de Contas da União tem incentivado muito essa integração. Fomos os incentivadores da formação da primeira rede de controles da gestão pública em nível nacional, que se reflete também nos estados. Temos aqui no Rio de Janeiro a rede de controle de gestão pública do estado e estamos cada vez mais buscando novos parceiros. A CGM, que não participou inicialmente, também está sendo convidada a se juntar a este esforço. A importância é exatamente no sentido de troca de informações, troca de experiências, para evitar a duplicidade de esforços. Assim, consegue-se alcançar um número maior de ações de governo, de recursos aplicados e com isso também melhorar o controle efetivo da aplicação dos recursos”.

**Osvaldo Vicente Cardoso Perroux**

*Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Estado do Rio de Janeiro*

“A troca de experiências, o compartilhamento de informações entre bancos de dados, resultam num controle interno e externo mais eficaz, eficiente, transparente e com celeridade nos seus procedimentos. No âmbito do Estado, esse compartilhamento de informações com a Receita Federal, TCU e CGU facilita muito o nosso trabalho de auditoria. Não só por conta dos procedimentos e das experiências exitosas de outros órgãos de controle, mas também pela fonte de informação de dados. Isso também é muito importante para o trabalho do tribunal”.

**Ricardo Ewerton Britto Santos**

*Secretário-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro*



O vídeo da matéria pode ser assistido no site:

<http://www.tvcrc.com.br/ENINTE-RIO-diva-gesualdi-fortalecimento-gestão-pública-2893>

# Entrevista

Oswaldo Vicente Cardoso Perrout

Secretario de Controle Externo do TCU no Estado do Rio de Janeiro - SECEX-RJ

**PRESTANDO CONTAS: quais as principais atribuições do Tribunal de Contas da União no Estado do Rio de Janeiro – SECEX-RJ?**

A SECEX-RJ é a representação do TCU no Estado. Assim como todas as secretarias regionais – há uma em cada unidade da federação – ela é responsável pela análise das contas e pela fiscalização dos órgãos e entidades sediados no Estado, além de fiscalizar os repasses de recursos federais ao Estado, aos municípios fluminenses e a todas as pessoas físicas beneficiárias de transferências voluntárias.

Excepcionalmente, no Rio de Janeiro, há outra secretaria, a 9ª SECEX, responsável pela fiscalização da Petrobrás, Eletrobrás, BNDES e outros.

A SECEX-RJ é a maior secretaria regional do Brasil e tem sob sua fiscalização 72 unidades jurisdicionadas, entre as quais encontram-se os hospitais e toda a rede de ensino federal, a Fundação Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, o Fundo de Marinha Mercante, a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social – DATAPREV, o Comitê Olímpico Brasileiro – COB, entre outros.

Inclui-se, ainda, entre as competências da SECEX-RJ, instruir Representações e Denúncias contra dirigentes de unidade regional, no Rio de Janeiro, de órgãos sediados em outras unidades da federação.

**PC: Considerando que o TCU-RJ fiscaliza os recursos repassados pelo Governo Federal para o Estado do Rio de Janeiro e também para cada um de seus municípios, como o órgão está estruturado para desenvolver essas atividades?**

A SECEX-RJ possui, além das atividades de apoio, 52 auditores, divididos em 4 Divisões Técnicas. Cada Divisão é responsável pela fiscalização de algumas funções de governo – como saúde, educação. Assim, cada Divisão fiscaliza os



*Graduou-se em Engenharia Elétrica pelo Cefet-RJ e possui MBA em Sistemas de Energia, pela mesma instituição. Foi empregado da Petrobras entre 1989 e 2001, quando entrou para os quadros do Tribunal de Contas da União, como Auditor Federal de Controle Externo. Atuou como Assessor de Subprocurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União no ano de 2006, assumindo, em seguida, a função de Diretor da 2ª Diretoria Técnica da 1ª SECEX - TCU/Brasília - DF. Desde dezembro de 2007 é titular da Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Rio de Janeiro - SECEX-RJ.*

órgãos e entidades federais vinculados às funções de governo que lhe cabem e todos os recursos repassados ao Estado, oriundos dos orçamentos dessas áreas. Já em relação aos recursos repassados aos municípios, não se aplica o critério de função de governo. Cada Divisão fiscaliza um grupo de municípios.

A fiscalização, pelo TCU, dos repasses de recursos ao Estado e aos municípios é realizado em atendimento a Representações e Denúncias, sob solicitação do Congresso Nacional, ou por iniciativa própria. Neste caso, utilizamos critérios de materialidade e relevância, além de técnicas de inteligência, a partir do cruzamento de dados.

**PC: Em junho de 2009, foi criada a Rede de Controle da Gestão Pública no âmbito do Estado do Rio de Janeiro – Rede/RJ, que visa a integração entre órgãos públicos, tendo o TCU-RJ como um de seus integrantes. O senhor poderia abordar quais as principais finalidades dessa Rede?**

A existência de diversos órgãos de controle da gestão pública, alguns com atribuições que alcançam áreas comuns de atuação, pode levar à duplicidade de ações, o que é totalmente indesejável, pois caracteriza desperdício de esforços e de recursos, além de perdas de oportunidades.

Por outro lado, é certo que cada órgão dispõe de informações, sistemas, técnicas, experiência, enfim, uma série de recursos humanos e materiais que são úteis a outros órgãos de controle.

A principal finalidade da Rede/RJ, nesse contexto, é otimizar a utilização desses recursos, seja pela eliminação das duplicidades de sua utilização, seja pelo seu compartilhamento. Temos, ainda, a complementaridade de atribuições, que, se bem aproveitada, pode levar mais efetividade às ações de controle, permitindo que se alcancem resultados que um órgão isoladamente não alcançaria.

**PC: Em sua opinião, qual benefício que a sociedade poderá obter com a atuação conjunta dos órgãos de controle?**

A partir da cooperação entre os partícipes da Rede e da sua atuação articulada, pode-se entregar à sociedade ações de controle mais tempestivas e efetivas, seja nas ações corretivas ou de prevenção.

Destaco que a sociedade não pode ser vista apenas como cliente da Rede/RJ ou dos órgãos isoladamente considerados. Mais do que isso, conta-se com a efetiva participação do controle social e, para isso, os mesmos órgãos que compõem a Rede/RJ também formam o GTCS – Grupo de Trabalho para o Controle Social.

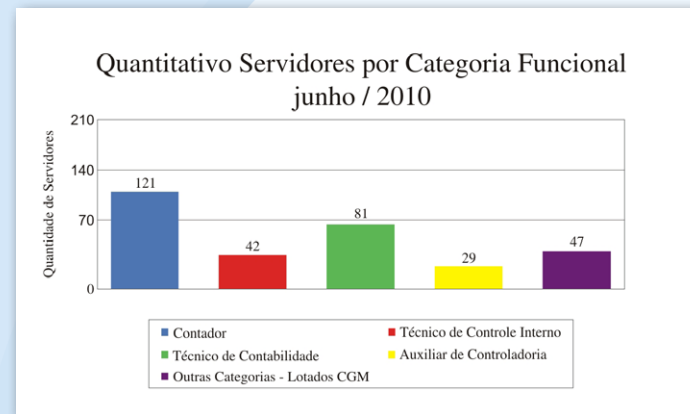
**PC: A Rede/RJ foi criada há apenas um ano. Já é possível identificar resultados desse trabalho?**

Nesse primeiro ano de Rede/RJ,

(continua na pág. 9) ►

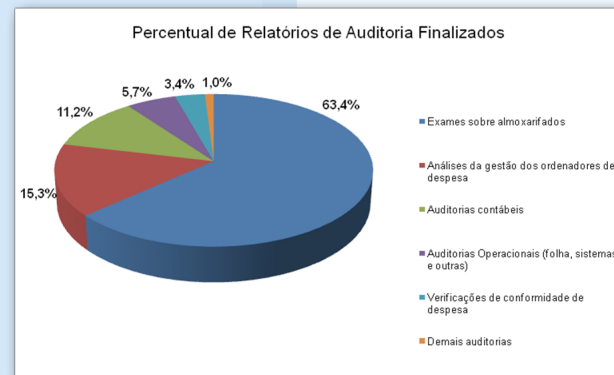
## Subcontroladoria de Gestão (SUBG)

Nesse período o quadro da CGM foi composto de 320 servidores, distribuídos pelas seguintes categorias funcionais:

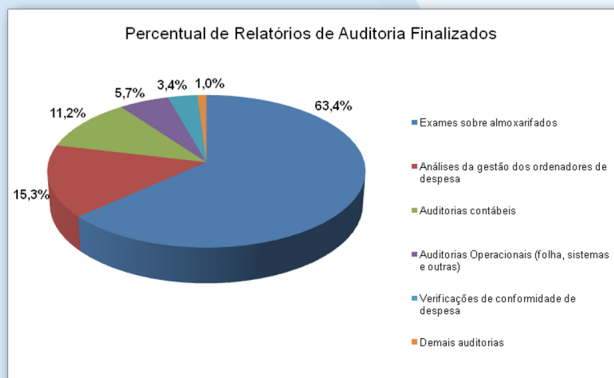


## Auditoria Geral (ADG)

Até junho/2010 a ADG finalizou 295 relatórios de auditoria, sendo:



Foram emitidos 229 certificados de auditoria, sendo:



O grau consolidado de correção das fragilidades pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, no exercício de 2010 (ano base 2009) foi de 42%.

## Subcontroladoria de Integração de Controles (SIC)

Vinculada à Subcontroladoria de Integração de Controles - SIC, a Coordenadoria de Análises e Informações Gerenciais - CIG é gestora do Sistema Rio Transparente, tendo participado em conjunto com a Contadoria Geral - CTG da sua adequação à Lei complementar 131/09, que acrescenta dispositivos à LRF a fim de determinar a disponibilização em tempo real de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo cumprido o prazo estabelecido na referida legislação.

Elaborou nesse período a publicação "Prestação de Contas Simplificada" referente ao exercício de 2009, disponível no site CGM e remetido, em via impressa, para órgãos brasileiros de controle. Realizou, ainda, o gerenciamento da implementação dos indicadores de gestão e de custos no Sistema de Informações Gerenciais - SIG para a Empresa Municipal de Informática - IPLANRIO. Participou da capacitação dos servidores do Tesouro Nacional e SERPRO sobre a metodologia utilizada no Sistema de Custos da CGM, em Brasília.

## PAINEL CGM

As principais realizações das áreas da CGM no último trimestre

## Contadoria Geral (CTG)

A Contadoria Geral elaborou o seu principal produto, a Prestação de Contas do Prefeito, que foi publicada no Diário Oficial do Município, no dia 15 de abril de 2010, cumprindo assim o prazo legal previsto no artigo 109 da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro - LOMRJ. Também em cumprimento ao inciso XII do artigo 107 da LOMRJ, a Prestação de Contas foi entregue concomitantemente ao Tribunal

de Contas do Município e à Câmara dos Vereadores no dia 16 de abril de 2010.

Além da elaboração rotineira das demonstrações contábeis da administração direta e fundos especiais, dos relatórios previstos na LRF e de análises de pedidos de créditos suplementares e descontinenciamento, a Contadoria Geral participou do projeto de adequação do Sistema Rio Transparente à Lei Complementar Nº 131/09.

## Coordenadoria Geral de Análises Preventivas (CGAP)

No 1º semestre do exercício de 2010, a Coordenadoria Geral de Análises Preventivas - CGAP realizou a análise preventiva de 234 processos totalizando R\$ 2.804.136.645,96, conforme a seguir:

PROCESSOS ANALISADOS NO 1º SEMESTRE DE 2010		
Análise prévia de empenhamentos	216	R\$ 2.652.957.731,55
Assuntos Diversos	18	R\$ 151.178.914,41
<b>SOMATÓRIO</b>	<b>234</b>	<b>R\$ 2.804.136.645,96</b>

Com relação às análises para liquidações contábeis, foram avaliados 22.519 processos, gerando 32.463 liquidações.





## Manual traz inovação à área de contabilidade

Editado em 2010, o Manual Prático de Interpretação Contábil da Lei Societária de Marcelo Cavalcanti Almeida representa uma inovação no mercado de livros de contabilidade no Brasil. Nele são interpelados e exemplificados exaustivamente os artigos contábeis da lei societária brasileira (Lei nº 6.404/76) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e com as regulamentações contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no contexto de convergência das normas contábeis brasileiras com as normas contábeis internacionais.

Marcelo Cavalcanti é sócio de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu, com ex-periência de 36 anos na profissão e professor no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É autor dos livros de Auditoria – um curso moderno e completo, Contabilidade Avançada, Contabilidade Intermediária e Curso Básico de Contabilidade, publicados pela Atlas Editora. Ele concedeu-nos gentilmente alguns esclarecimentos sobre a obra.

### **PRESTANDO CONTAS - O que o motivou a escrever o livro?**

**Marcelo Cavalcanti** - A Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 alteraram e revogaram dispositivos da Lei nº 6.404/76, estabelecendo nova disciplina relativa à elaboração e divulgação de demonstrações contábeis pelas sociedades regidas por ações, estendendo-a às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações.

Foram introduzidas as mais

recentes conquistas conceituais e normativas em matéria contábil de países mais desenvolvidos, incorporando-as à realidade jurídica e econômica de nosso país, além de aperfeiçoar inúmeras disposições e institutos já contemplados na legislação anterior, e consagrar as melhores práticas de governança corporativa.

Como especialista na área, venho há muito tempo pesquisando e estudando a matéria, incluindo os projetos de modificação da lei societária brasileira e as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB, com o objetivo de elaborar um manual contábil societário prático, que permitisse um perfeito entendimento dos assuntos contábeis, em constantes mudanças decorrentes do processo de globalização dos mercados.

O processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade está praticamente concluído, com as emissões em 2008 e em 2009 de diversos pronunciamentos contábeis, interpretações contábeis e orientações contábeis pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua adoção por órgãos reguladores e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Sem entrar em aspectos polêmicos de nomenclatura e conceitos acadêmicos, levantados por alguns dos mais renomados mestres da Contabilidade no Brasil, procuro, à luz da minha experiência profissional e acadêmica, obtida ao longo dos meus 36 anos de trabalho como auditor e professor, apresentar um primeiro trabalho atual, completo, prático e único para

discussão.

O presente trabalho não tem a pretensão de esgotar a matéria, nem a certeza de que não houve incorreções, mas espero que possa servir como modesta contribuição para aperfeiçoamento dos profissionais das áreas contábil e financeira, com cujas críticas e sugestões gostaria de contar para melhoria dos aspectos técnicos e didáticos desta obra. Os meus entendimentos sobre assuntos contábeis nessa obra não necessariamente refletem os mesmos entendimentos sobre os mesmos assuntos na Firma onde trabalho.

### **PC - O que mudou na Contabilidade Brasileira, a partir da institucionalização do CRC?**

**Marcelo Cavalcanti** - O CRC como instituição já existe no Brasil há muitos anos. Com referência à contribuição do CRC/CFC para o processo de internacionalização da contabilidade brasileira, o CFC adotou todas as normas contábeis emitidas pelo CPC, o que torna essas normas obrigatórias para todas as entidades no Brasil, incluindo empresas limitadas.

### **PC - Como as empresas de auditoria estão se adequando a essas mudanças?**

**Marcelo Cavalcanti** - As empresas de auditoria estão investindo recursos na capacitação do seu pessoal, através de cursos, seminários, palestras e distribuição de material técnico, bem como desenvolvendo questionários de verificação para o cumprimento das novas normas contábeis pelas as sociedades auditadas.

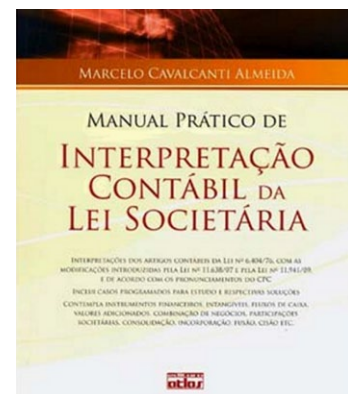
### **PC - Quais as dificuldades para implementação da**

### **norma do IFRS no Brasil?**

**Marcelo Cavalcanti** - As principais dificuldades são as seguintes: a. Convencimento da alta administração da importância do tema; b. Mudanças nos sistemas; c. Mudanças na forma de avaliar a performance da entidade; d. Treinamento do pessoal técnico; e. Complexidade das normas; f. Tempo curto para implementação das normas; g. Ausência de cursos práticos técnicos no mercado.

### **PC - Qual a sua opinião em relação à obrigatoriedade das pequenas empresas se adequarem ao padrão internacional de contabilidade, Resolução do CFC 1255/09, NBC T 19.41?**

**Marcelo Cavalcanti** - Eu entendo que é uma forma dessas empresas se inserirem no mundo globalizado, prestando informações mais transparentes de sua situação econômica e financeira, e, com isso, multiplicar as suas transações comerciais, conseguindo taxas de juros de captação de recursos mais baratas no mercado financeiro. ☺



Manual Prático de  
Interpretação Contábil da  
Lei Societária  
Marcelo Cavalcanti Almeida  
Ed. Atlas, 2010

► (Continuação da página 3)

aprovou-se o Regimento Interno, de forma a disciplinar sua atuação e realizaram-se alguns encontros, formais e informais, entre os órgãos parceiros. É perceptível a maior facilidade de contato e discussão entre alguns órgãos.

Estão sendo adotadas, também, ações relativas à fiscalização da Copa do Mundo de Futebol de 2014, em movimento articulado pela rede nacional de controle.

Reconhecemos, no entanto, que ainda há muito a avançar. Trata-se de órgãos que, por décadas, atuaram de forma isolada. Há entraves normativos e, mesmo culturais, que dificultam alguns aspectos da atuação em rede, como o

compartilhamento de informações e dados, o planejamento conjunto de ações e outros.

Algumas ações já estão sendo pensadas e estamos otimistas que resultados mais visíveis poderão ser apresentados em breve.

### **PC: quais os principais projetos do TCU-RJ para 2010/2011?**

O biênio 2009/2010, referente à gestão do Presidente Ministro, Ubiratan Aguiar, teve por meta principal a redução do estoque de processos, além de diversas outras, como a já mencionada criação da Rede de Controle e aumento do esforço em fiscalização.

Em 2011, iniciar-se-á a gestão do Presidente a ser eleito ao final deste ano, o qual definirá suas metas e prioridades. Sabe-se, no entanto, de antemão, que haverá uma concentração ainda maior

dos nossos esforços na atividade de fiscalização (auditorias, levantamentos, acompanhamentos).

Um dos desafios, então, é nos aprimorarmos ainda mais no estabelecimento e aplicação de critérios e técnicas eficientes de seleção de objetos a serem fiscalizados, de modo a garantir a máxima efetividade do controle. Não menos importante é a permanente capacitação dos servidores nas atividades relacionadas à fiscalização.

A SECEX-RJ e o TCU como um todo esperam utilizar-se cada vez mais dos meios de que dispõem os órgãos parceiros, seja na seleção, planejamento e execução de fiscalizações, seja na capacitação dos seus quadros. ⑤

## Aconteceu na CGM...



Da esquerda para a direita, e abaixo, respectivamente: a visita dos servidores da CGM à CGU, a apresentação sobre o novo projeto de lei orgânica federal e o encerramento das palestras do programa Discussões Técnicas CGM.

### **Intercâmbios**

Em março, a Equipe da Coordenadoria de Orientação e Aperfeiçoamento de Controles Internos (SIC/CCI) visitou o Setor de Prevenção da CGU - Controladoria Geral da União, em Brasília. Os profissionais foram conhecer de perto a experiência do órgão federal nas áreas de orientação e capacitação de gestores. Visitaram também o Tribunal de Contas da União, para conhecer o projeto que, neste órgão, desenvolveram para ensino à distância de gestores públicos.

No dia 16 de março, os titulares da Auditoria Geral (ADG), Coordenadoria de Análises e Informações Gerenciais (CIG) e a Coordenadoria Geral de Análises Preventivas (CGAP) também visitaram a Controladoria Geral da União em Brasília. Dessa vez o objetivo da visita foi conhecer o Observatório de Despesa, o Portal da Transparência e a Secretaria Federal de Controle.

### **De olho na Ética**

A primeira edição dos Encontros Técnicos CGM, no mês de abril, trouxe os temas de dissertação de duas

alunas do Mestrado em Ciências Contábeis de UERJ: Atitude do profissional de contabilidade em relação à fraude e O código de ética da PCRJ: um estudo de caso na Controladoria Geral do Município.

O primeiro tema, baseado em pesquisa realizada junto a profissionais da área contábil, foi desenvolvido por Aline M. C. Silva. A dissertação teve como objetivo verificar a conduta ética dos contadores e técnicos em contabilidade quando, no exercício de suas atividades profissionais, se depararem com questões relacionadas a fraudes. Para tal, são considerados alguns fatores que podem tanto vir a influenciar o processo decisório ético de um indivíduo, demonstrados através do Modelo de tomada de decisão, quanto motivar um indivíduo a cometer um ato fraudulento, evidenciados através do Modelo denominado Triângulo da Fraude.

Na 2ª parte do encontro, Vânia Carvalho falou de sua pesquisa – defendida como dissertação

em 2009 –, realizada com noventa servidores lotados na Controladoria Geral do Município (CGM). A pesquisa objetivou verificar os fatores que influenciam a percepção dos servidores públicos civis municipais quanto ao valor do Código de Ética Profissional da Prefeitura do Rio de Janeiro como auxiliar na solução de dilemas éticos.

Para acessar as dissertações na íntegra, acesse o site CGM em: <http://www7.rio.rj.gov.br/cgm/academia/dissertacoes/uerj/>.

### **Seminários CGM**

Dentro do propósito do Programa “Seminários CGM”, no dia 10 de junho, a gerente de projetos da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Valéria Salgado, trouxe à controladoria o importante debate sobre a proposta de Anteprojeto de Lei Orgânica da Administração Federal. Integrantes da Controladoria e profissionais de vários órgãos municipais reuniram-se para saber mais sobre o projeto e tirar suas dúvidas. ⑤



# DEMONSTRATIVOS LRF

## Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Janeiro a Junho de 2010

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	jun/09	jun/10	Em jun/09	Em jun/10	Até jun/09	Até jun/10	Em jun/09	Até jun/10
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.461.688.377,00</b>	<b>12.394.399.164,00</b>	<b>930.023.179,87</b>	<b>1.062.661.309,70</b>	<b>5.893.600.874,15</b>	<b>6.860.125.063,39</b>	<b>5.568.087.502,85</b>	<b>5.534.274.100,61</b>
Tributárias	4.962.436.503,00	5.665.762.745,00	374.350.819,16	456.102.355,57	2.740.604.452,13	3.094.164.139,72	2.221.832.050,87	2.571.598.605,28
Contribuições	988.271.450,00	926.404.750,00	61.444.361,81	77.218.977,40	364.078.906,40	402.724.417,68	624.192.543,60	523.680.332,32
Patrimoniais	496.778.368,00	516.827.943,00	64.292.120,22	45.584.502,11	280.820.600,78	480.264.637,72	215.957.767,22	36.563.305,28
Industrial	7.414.590,00	7.714.915,00	98.478,56	380.672,52	1.766.587,52	2.418.056,91	5.648.002,48	5.296.858,09
Serviços	227.769.284,00	251.044.140,00	70.912.825,37	8.315.227,57	127.576.076,03	140.595.617,34	100.193.207,97	110.448.522,66
Transferências Correntes	4.208.651.331,00	4.433.114.139,00	310.137.197,56	407.417.820,75	2.121.226.283,85	2.381.192.211,25	2.087.425.047,15	2.051.921.927,75
Outras Receitas Correntes	570.366.851,00	593.530.532,00	48.787.377,19	67.641.753,78	257.527.967,44	358.765.982,77	312.838.883,56	234.764.549,23
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>635.045.788,00</b>	<b>1.205.779.369,00</b>	<b>21.251.963,66</b>	<b>79.709.615,87</b>	<b>115.451.546,23</b>	<b>241.458.136,15</b>	<b>519.594.241,77</b>	<b>964.321.232,85</b>
Operações de Crédito	255.667.998,00	344.552.500,00	8.150.065,76	9.869.153,68	19.084.631,65	24.546.146,02	236.583.366,35	320.006.353,98
Alienações de Bens	112.577.000,00	151.706.173,00	-	339.900,00	599.940,01	7.061.555,89	111.977.059,99	144.644.617,11
Amort. de Empréstimos	81.437.120,00	122.587.307,00	13.101.897,90	8.973.613,15	62.208.112,47	57.021.276,11	19.229.007,53	65.566.030,89
Transferências de Capital	185.363.670,00	396.745.389,00	-	60.526.949,04	33.558.862,10	152.829.158,13	151.804.807,90	243.916.230,87
Outras Receitas de Capital	-	190.188.000,00	-	-	-	-	-	190.188.000,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS ( I )</b>	<b>12.096.734.165,00</b>	<b>13.600.178.533,00</b>	<b>951.275.143,53</b>	<b>1.142.370.925,57</b>	<b>6.009.052.420,38</b>	<b>7.101.583.199,54</b>	<b>6.087.681.744,62</b>	<b>6.498.595.333,46</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>(10.578.000.971,71)</b>	<b>(11.375.312.468,32)</b>	<b>(919.658.499,65)</b>	<b>(1.039.407.568,29)</b>	<b>(4.299.191.150,22)</b>	<b>(4.697.983.496,04)</b>	<b>(6.278.809.821,49)</b>	<b>(6.677.328.972,28)</b>
Pessoal e Encargos	(6.743.521.037,16)	(6.733.292.149,52)	(646.686.767,68)	(701.603.098,34)	(2.974.612.324,31)	(3.191.722.965,12)	(3.768.908.712,85)	(3.541.569.184,40)
Juros e Encargos da Dívida	(714.784.433,00)	(678.536.829,19)	(61.510.013,74)	(66.550.761,70)	(329.336.686,99)	(358.613.470,91)	(385.447.746,01)	(319.923.358,28)
Outras Despesas de Correntes	(3.119.695.501,55)	(3.963.483.489,61)	(211.461.718,23)	(271.253.708,25)	(995.242.138,92)	(1.147.647.060,01)	(2.124.453.362,63)	(2.815.836.429,60)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>(1.418.616.828,24)</b>	<b>(3.889.846.415,97)</b>	<b>(89.101.905,64)</b>	<b>(84.933.753,53)</b>	<b>(261.892.168,92)</b>	<b>(347.725.511,19)</b>	<b>(1.156.724.659,32)</b>	<b>(3.542.120.904,78)</b>
Investimentos	(802.749.906,46)	(2.438.393.379,92)	(50.644.997,49)	(41.942.955,31)	(57.217.467,96)	(143.279.826,99)	(745.532.438,50)	(2.295.113.552,93)
Inversões Financeiras	(191.218.637,78)	(177.621.862,05)	(608.788,23)	(2.999.622,62)	(30.991.964,38)	(11.373.312,35)	(160.226.673,40)	(166.248.549,70)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(424.648.284,00)	(1.273.831.174,00)	(37.848.119,92)	(39.991.175,60)	(173.682.736,58)	(193.072.371,85)	(250.965.547,42)	(1.080.758.802,15)
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>(116.881.525,19)</b>	<b>(22.601.222,30)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(116.881.525,19)</b>	<b>(22.601.222,30)</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS ( II )</b>	<b>(12.113.499.325,14)</b>	<b>(15.287.760.106,59)</b>	<b>(1.008.760.405,29)</b>	<b>(1.124.341.321,82)</b>	<b>(4.561.083.319,14)</b>	<b>(5.045.709.007,23)</b>	<b>(7.552.416.006,00)</b>	<b>(10.242.051.099,36)</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT ( III ) = ( I - II )</b>	<b>(16.765.160,14)</b>	<b>(1.687.581.573,59)</b>	<b>(57.485.261,76)</b>	<b>18.029.603,75</b>	<b>1.447.969.101,24</b>	<b>2.055.874.192,31</b>	<b>(1.464.734.261,38)</b>	<b>(3.743.455.765,90)</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.535.720,21</b>	<b>583.076.258,21</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: CGM - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.